

Bresser critica plano de tucanos

O Estado de S.Paulo, 24.1.2006.

Ex-ministro rebate proposta de Mendonça de Barros e defende prioridade apenas para a queda dos juros

Rita Tavares

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira defende que o candidato do PSDB à Presidência da República dê prioridade apenas à redução da taxa de juros em seu programa de governo. Ao comentar as idéias da proposta de programa de Luiz Carlos Mendonça de Barros, conselheiro do governador Geraldo Alckmin (PSDB), Bresser criticou: “Um eleitor que votar em um programa desse tipo não vota em nada”.



Para Bresser, também integrante do PSDB, o candidato tucano precisa centrar fogo na redução dos juros. “O candidato não precisa dizer como vai acabar com esse problema, não cabe ao presidente da República entrar nesses detalhes”, disse Bresser Pereira, que embarcou nesta tarde para Paris, onde dará aulas neste mês.

O ex-ministro discordou de que essa indefinição possa provocar apreensão entre empresários ou no mercado

financeiro. Segundo ele, os dois setores só têm a ganhar no médio prazo com juros mais baixos.

Bresser Pereira disse que já conversou “muito sumariamente” tanto com Alckmin como com o prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), sobre suas idéias para reduzir os juros. “Ambos têm disposição para enfrentar esse problema”, afirmou. “Se o PSDB estivesse no poder, já teria mudado a política em relação aos juros”, acrescentou, discordando da atual política econômica.

Da mesma forma que a sociedade apoiou o Plano Real, que tinha como objetivo acabar com a inflação, Bresser Pereira acredita que a crítica aos juros altos está começando a amadurecer.

Desde o início de 2002, o tema começou a ser discutido. “São quatro anos de debate intenso. Defender a queda dos juros deixou de ser populismo ou irresponsabilidade”, ponderou.

Embora considere desnecessário um programa sobre como conseguir a queda dos juros, Bresser Pereira tem propostas. Ele traçaria uma estratégia com três grandes ações: 1) o novo governo deveria promover um ajuste fiscal muito forte, com um expressivo corte de gastos, mas sem fixar metas de superávit; 2) o governo deveria eliminar a indexação dos preços administrados, negociando com os setores envolvidos.

A terceira sugestão é mais polêmica: a partir de “uma pequena reforma” no sistema financeiro, o Tesouro Nacional deveria deixar de emitir títulos públicos corrigidos pela taxa básica de juros, a Selic, honrando os papéis já em mercado. O Tesouro pagaria uma taxa que correspondesse ao risco Brasil, tendo os títulos norte-americanos de longo prazo como base. Assim, essa taxa real estaria hoje em 5% ao ano.

“Seria uma solução para eliminar o custo fiscal forte para o Estado brasileiro”, disse. Ao mesmo tempo, o governo poderia conduzir a redução da taxa Selic.

Mesmo com a redução dos juros básicos, o ex-ministro defende que a equipe econômica tenha, além de uma meta de inflação, uma meta para a taxa de câmbio. Segundo ele, o sistema de câmbio flutuante seria mantido, mas o Banco Central interviria no mercado para manter o câmbio em um determinado patamar, quando os fluxos de capital aumentassem.

“O atual governo demorou, mas agora está fazendo isso”, acrescentou.